ISSN 2447-1097

Direito & TI – Porto Alegre / RS www.direitoeti.com.br

A SEGURANÇA CIBERNÉTICA DEVE ESTAR NA AGENDA DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA?

Frederico Meinberg Ceroy[1]

O The New York Times, de 23 de fevereiro de 2015, trouxe a notícias que os bancos de Wall Street e os grandes escritórios de advocacia americanos tem mantido reuniões secretas para tratar de segurança digital e ataques hacker.[i] Segundo o jornal, está havendo um incremento de atentados cibernéticos às grandes firmas jurídicas dos Estados Unidos da América.

O primeiro motivo para o aumento destes ataques diz respeito à fragilidade das defesas cibernéticas dos escritórios comparada às medidas defensivas existentes nos bancos ou mesmo empresas.

O segundo fator, a destacar, advêm dos documentos armazenados nos terminais das firmas. Informações, tais como, patentes industriais, comércio internacional, contratos militares possuem valor enorme para empresas concorrentes e estados inimigos.

Ainda segundo o periódico, as reuniões secretas objetivam criar procedimentos de troca de informações sobre Cyber Security entre estas vítimas do setor privado.

A situação levanta dúvida se as bancas de advocacia brasileiras estão preparadas para enfrentar este tipo de ameaça. Os escritórios brasileiros são um verdadeiro depositário de informações sigilosas sobre seus clientes e parceiros, dentre elas transações comerciais internacionais e interceptações telefônicas legais, obtidas para defesa legal em juízo.

É possível que haja agravamento de ataques a escritórios menores no tamanho (escritórios *boutique*), mas enormes na quantidade de informações estratégicas sobre seus clientes. É possível saber ou imaginar qual o valor dos arquivos versando sobre as estratégias jurídicas/políticas de uma grande empresa multinacional para o próximo ano? Quanto as empresas concorrentes estariam dispostas a desembolsar para obter as informações?

O tema Segurança Cibernética, ou *Cyber Security*, já é prioridade máxima para a sociedade americana, não estando mais restrita aos meios empresariais. Em terras brasileiras, a segurança cibernética ainda não entrou na agenda dos meios de comunicação e sociedade civil organizada.

---

[1] Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Digital - IBDDIG (www.ibddig.com.br), think tank voltada para o estudo do Direito Digital no Brasil e no mundo; Promotor de Justiça, Coordenador da Comissão de Direito Digital - CODD; Doutorando em Direito; Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre "Direito, Tecnologia & Sociedade" do UniCEUB; Professor de Direito Digital; Perito em Análise Forense Computacional; Computer Hacking Forensic Investigator; Articulista; Autor das obras "Coletânea Legislativa de Direito Digital", "Facebook: Requisição Judicial de Dados" e "Fundamentos do Direito Digital". E-mail: frederico@ibddig.com.br.

Espera-se que os estragos não sejam muito grandes até o tema ganhar espaço real, necessário e amplo nas mídias. Segurança cibernética é algo extremamente importante para o país, empresas, advogados, clientes e sociedade.

REFERÊNCIAS

MELO, João Ozório de. **Empresas pressionam escritórios por segurança na Internet**. Site Conjur, 2014. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-abr-07/governo-eua-empresas-pressionam-escritorios-seguranca-internet>. Acesso em: 20 nov. 2015.

WENDT, Emerson. **Ciberguerra, inteligência cibernética e segurança virtual**: alguns aspectos. Revista Brasileira de Inteligência, Brasília, v. 6, p. 15–26, 2011.

WENDT, Emerson. **Inteligência cibernética**: da ciberguerra ao cibercrime. A (in)segurança virtual no Brasil. 1. ed. São Paulo: Delfos, 2011.

[i] O assunto já tinha sido pauta, no Brasil, em 2014. Vide MELO, João Ozório de. **Empresas pressionam escritórios por segurança na Internet**. Site Conjur, 2014. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-abr-07/governo-eua-empresas-pressionam-escritorios-seguranca-internet>. Acesso em: 20 nov. 2015.